

CATIVOS “INDOLENTES”: O COTIDIANO DO TRABALHO ESCRAVO NO SÉCULO XIX EM OLINDA (1871-1888)

ROBSON PEDROSA COSTA*

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir acerca do cotidiano do trabalho escravo entre 1871 e 1888, tendo como cenário principal a cidade de Olinda, antiga capital da província de Pernambuco. Com base nos dados encontrados na *Lista de Classificação de Escravos de 1876*, foi possível traçar importantes aspectos do ‘mundo do trabalho’ escravo, principalmente no que se refere às atividades ocupacionais, que foram agrupadas em quatro categorias: *portas adentro*, *portas a fora*, *agricultura* e *artesanato*. O texto procura ainda articular tais dados a questões mais gerais do período, considerando o contexto de crise da mão-de-obra escrava, o tráfico interno e o emancipacionismo, assim como a tentativa senhorial de instituir uma disciplina de trabalho que muitas vezes se chocava com os ‘ritmos’ e ‘tempos’ do cotidiano da escravidão.

Palavras-chave: Cotidiano. Escravidão. Lista de Classificação de Escravos.

Abstract: This article has as objective to discuss slave labor between 1871 and 1888, focusing on the city of Olinda, old capital of the province of Pernambuco. Based on data found in the *List of Classification of*

* Doutorando em História, UFPE.

Slaves of 1876, it was possible to trace important aspects of the slave labor world, that have been grouped in four categories: labor inside the homes, street labor as vendors, porters, etc, agriculture and craftsmanship. This text discuss other general issues regarding slave labor, such as the crisis of slave labour, the internal slave trade and emancipationism, labor discipline and rhythm.

Keywords: Daily Life. Slavery. List of Classification of Slaves.

Os escravos eram capazes de trabalhar arduamente, e realmente o fizeram, como já haviam feito antes seus ancestrais africanos. A acusação de indolentes não se sustenta. Mas resistiram à uniformidade e à rotina, que vieram a ser condição sine qua non da sociedade industrial, que os senhores tentaram lhes impor, apesar de rejeitarem eles mesmos, em grande parte, a ética burguesa de trabalho. (GENOVESE, 1988, p. 467).

A partir da citação de Eugene Genovese, retirada de seu livro *A Terra Prometida*, onde o autor analisa a vida dos escravos das *plantations* do sul dos Estados Unidos, podemos extrair importantes elementos que marcaram o cotidiano do trabalho escravo no Brasil do século XIX. Até os últimos momentos da escravidão, os senhores buscaram extrair o máximo das possibilidades de ganho sobre o trabalho servil; e muitos resistiram até o final a abandonar velhas práticas e costumes que estavam arraigados em seu dia-a-dia, como detentores do poder econômico e moral.

Na ótica dos senhores, os escravos eram “indolentes” e “despreparados” para um mundo de trabalho sem as rédeas costumeiras do cativo. Estes eram argumentos comuns entre aqueles que buscavam justificar a continuidade da escravidão. As palavras ‘uniformidade’ e ‘rotina’, apesar de fazerem parte, muitas vezes, do vocabulário senhorial, não traduziam os reais valores de uma sociedade ainda escravista e – no dizer de Genovese – pré-industrial, mesmo que possa ser dito que os cativos não eram a principal mão-de-obra reinante, como em Olinda.

Esta cidade – antiga capital de Pernambuco, até 1827 – encontrava-se, no século XIX, à margem da economia da Província, tendo

perdido muito de sua prosperidade ao longo do tempo. Não mais integrava o eixo dos grandes centros agroexportadores, como um dia o fizera no período colonial. Com isso, a mão-de-obra escrava foi paulatinamente se reduzindo. Contudo, os escravos estavam presentes no dia-a-dia de muitas casas, assim como nos mercados, nos rios, no artesanato, nas padarias, nas praias, etc. Mesmo que fosse um aqui, outro ali, possuíam papel fundamental na vida daqueles que buscaram preservar suas posses, até não mais conseguir mantê-los, por razões diversas.

1 Aspectos gerais do trabalho escravo

A exploração do trabalho escravo não cessou ou diminuiu seu ritmo na segunda metade do século XIX, mesmo diante de uma conjuntura marcada pela crise do sistema servil e crescimento da mão-de-obra livre. Estamos aqui nos reportando não apenas à exploração de tipo ‘clássica’, quando nos vêm à mente as lavouras de café do sul ou grandes engenhos ainda em plena atividade. O que queremos demonstrar é que o escravo, enquanto propriedade mesmo de poucos, continuou a ser – em grande parte desse período – a mão-de-obra preferencial entre os que precisavam da prestação de algum serviço. Ser proprietário de um escravo era um privilégio de poucos, mas sempre havia aqueles que alugavam seus cativos para os que deles necessitavam.

Nesse ínterim, algumas questões ainda foram pouco analisadas, se considerarmos outras realidades que não a do ‘sul’ cafeeiro, que ‘sugou’ boa parte dos escravos existentes nas regiões ‘decadentes’ do ‘norte’. Açúcar em crise, tráfico interno, leis emancipacionistas, etc., estas foram questões que muito determinaram os rumos tomados pela escravatura no país.

Mas, de que forma essa conjuntura geral afetou o cotidiano dos escravos em realidades tão diversas daquelas há muito estudadas pela historiografia? Qual o impacto e desdobramentos em regiões onde a escravidão era pouco expressiva, mas persistente até os últimos anos do sistema? Qual o papel dos escravos em uma economia como a de Olinda, considerada decadente e de pouca representação na Província? Com isso, faz-se necessário tomar o mundo do trabalho escravo a partir de outras perspectivas, buscando romper com os resquícios de uma historiografia

que pouco se deparou com os conflitos e contradições cotidianos, levando-nos a crer em uma transição linear da mão-de-obra escrava para a livre.

É importante questionarmos a persistência da escravidão em meio às pressões impostas pelas leis emancipacionistas, assim como seus desdobramentos em regiões à margem do sistema agroexportador e em áreas em que a posse de escravos em pequeno número nos conduz a repensar as generalizações sobre o tema.

Dessa forma, levantamos alguns números sobre a escravidão em Olinda, extraídos do *Livro de Classificação dos Escravos de 1876*. Esta lista é resultante da obrigatoriedade em que os senhores – a partir de 1871, por meio da Lei nº 2.040 – se achavam de matricular todos os seus cativos no respectivo município residente. A conhecida Lei do Ventre Livre não se resumia apenas a ‘libertar’ os escravos nascidos a partir daquela data, mas criava um complexo sistema que visava emancipar, progressivamente, os outros cativos existentes. A lei previa a criação de um *Fundo de Emancipação*, destinado a libertar os escravos matriculados na lista especial de cada município, matrícula esta que deu origem às Listas de Classificação.¹

Em Olinda não foi diferente. Quatro listas chegaram às nossas mãos, referentes aos anos de 1873, 1874, 1875 e 1876. Todavia, não pretendemos discutir acerca da aplicação da Lei em si, mas, na verdade, a partir das informações contidas na Lista, adentrar no cotidiano dos cativos. Devido à riqueza de detalhes, nos concentraremos principalmente na lista correspondente ao ano de 1876, por entendermos que esta traz uma maior compilação das informações contidas nas primeiras. Entre 1873 e 1876, a escravaria registrada sofreu inúmeras alterações, como venda, alforria, “mudança” e morte. E para realizar esta árdua tarefa de classificar e atualizar as listas, era necessário formar um pequeno grupo de pessoas responsável pelo registro, denominado de *Junta de Qualificação*.

Os trabalhos da Junta de Olinda tiveram início em 16 de abril de 1873, encerrando-se em 31 de outubro do mesmo ano (DELGADO, 1967, p. 14). Nos anos que se seguiram, as autoridades responsáveis deram continuidade aos trabalhos, atualizando algumas informações contidas na lista de 1873, o que deu origem às outras citadas anteriormente. E a de 1876 ‘fecha’, a nosso ver, essas atualizações. Com isso, evitamos

trabalhar com uma massa de dados e informações incompatível com os nossos limites e objetivos.

Partindo então da Lista de 1876, encontramos, no primeiro olhar, 513 escravos matriculados, seguindo as orientações da lei. No entanto, constatamos que o número de escravos matriculados era muito maior do que o daqueles que se encontravam distribuídos nas primeiras colunas da Lista, onde várias informações eram acrescidas ao nome, tais como: idade, cor, pessoas da famílias, valor, profissão, aptidão, moralidade e nome do senhor.

Ao analisarmos a coluna correspondente a “Observações” – último campo da lista –, nos deparamos com outras tantas informações, não só sobre o cativo matriculado, mas sobre casamento, família, pecúlio, fugas, etc. Porém, o que queremos destacar neste momento é que quando um determinado cativo tivesse constituído família, ou pelo menos casamento, apenas um integrante seria posto em destaque na Classificação, enquanto os outros constariam como “pessoas da família”, com algumas especificações nas “Observações”. Assim, constatamos que, além dos 513 escravos matriculados, devemos acrescentar 141, correspondentes aos filhos menores de 21 anos e aos cônjuges, chegando à cifra de 654 cativos. Contudo, devemos alertar que neste artigo trabalharemos apenas com 637 cativos, pois não incluímos nesta primeira análise 17 escravos que não tiveram suas idades declaradas.

Assim, a partir da lista citada, encontramos os seguintes números referentes aos escravos agrupados segundo a idade:

Tabela 1 - Número e percentual de escravos segundo a idade, Olinda, 1876.

	Total	Até 7 anos	8 a 14 anos	15 a 40 anos	41 a 50 anos	51 e mais
Número	637	60	117	318	101	41
Percentual	100,0	9,4	18,4	49,9	15,9	6,4

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876.

Considerando os números acima, constatamos que aproximadamente 50% da população escrava de Olinda era composta por cativos no auge da produtividade, ou seja, entre 15 e 40 anos de

idade. Estes escravos constituíam um universo ocupacional diverso, mas se concentravam, como veremos mais adiante, no serviço doméstico e na agricultura. Apesar de muitos estudos definirem a idade produtiva até 40 anos, colocando num único grupo os escravos a partir de 41 anos, achamos importante destacar os que possuíam até 50 anos, tendo em vista que estes representavam um número significativo no conjunto da escravaria e que muitos senhores usufruíam do trabalho escravo até não mais conseguir extrair a força vital de suas posses.

Todavia, consideramos que esta delimitação das idades nos ajuda a entender melhor a proporção de cativos empregados no ‘ápice’ de sua força produtiva, necessária na execução da dura jornada exigida pelos senhores, já que desde muito cedo – e até os últimos sinais de esgotamento das forças – o trabalho escravo era extorquido de acordo com os interesses de cada senhor.

Na tabela anterior, observamos que os mais jovens – entre 2 e 14 anos – somavam 177 escravos, representando 27,8% do total, número mais elevado que o dos mais velhos – entre 41 e 70 anos –, que totalizavam 142, ou 22,3%. Se acrescentarmos ao primeiro grupo o número de crianças nascidas sob a ‘proteção’ da Lei do Ventre Livre – os chamados “ingênuos”, que somavam 37 –, o total se eleva para 214. Ou seja, os senhores de Olinda teriam em seu poder uma porcentagem razoável de cativos jovens para o trabalho futuro, preparados desde cedo para as atividades cotidianas.

Seguindo a análise dos dados, ao reagruparmos os escravos segundo idade e sexo, encontramos novos dados (Tabela 2).

Em números gerais, percebemos um grande equilíbrio entre homens e mulheres na composição dos escravos em Olinda, com relativa predominância masculina. Todavia, ao destacar os cativos entre 15 e 40 anos – a fase considerada mais produtiva –, observamos que as escravas ocupavam um papel destacado na escravatura de então, superando o número de homens nesta faixa etária. Se tomarmos todos os escravos até os 40 anos, ou seja, aqueles capazes de trabalhar e renovar os plantéis, chegaremos à cifra de 495 cativos, o que representa uma proporção significativa do total (77,7%), divididos de forma equilibrada entre os sexos masculino (246) e feminino (249).

Tabela 2 - Número e percentual de escravos segundo sexo e idade, Olinda, 1876.

	Total	Até 7 anos	8 a 14 anos	15 a 14 anos	41 a 50 anos	51 e mais
Homens						
Número	331	36	70	140	64	21
Percentual	100,0	10,9	21,1	42,3	19,3	6,3
Mulheres						
Número	306	24	47	178	37	20
Percentual	100,0	7,8	15,4	58,2	12,1	6,5

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876.

Jalila Ribeiro, em seu estudo sobre *A Desagregação do Sistema Escravista no Maranhão*, observa também a grande resistência dos senhores às transformações que então se configuravam. Segundo a autora, mesmo com os abalos advindos com a conjuntura da época (tráfico interprovincial, precárias condições socioeconômicas, escassez de cativos), “o escravo continuou a ser a principal força-de-trabalho nas atividades agrárias e urbanas, e o sistema de produção não foi muito diverso do que vigorava no período colonial” (RIBEIRO, 1983, p. 178).

Percebemos, então, que apesar dos fatores econômicos e políticos conseguirem abalar de forma contundente a escravidão enquanto força produtiva, os valores da sociedade pouco avançaram no que diz respeito à mentalidade senhorial e seus alicerces morais e ideológicos. Robert Slenes e Roberto Carvalho de Mello, por exemplo, ao analisar a “economia da escravidão no Brasil”, observam que:

[...] Diferindo de outros ativos econômicos pela sua natureza humana, os escravos sempre foram tratados – tanto na elaboração quanto no cumprimento da lei – como uma forma peculiar de propriedade em que razões de ordem emocional sempre interferiram e influenciaram bastante as decisões de ordem puramente econômica. (MELLO; SLENES, 1980, p. 90).

Mesmo tratando-se de um estudo sobre a “natureza econômica da escravidão”, Slenes e Mello (1980, p. 90) evidenciam que “os escravos teimavam em não se comportar como bens desprovidos de vontade própria”, pois não faltam exemplos de formas diversas de resistência no cotidiano de suas vidas, fossem elas “passivas” ou “ativas”, de acordo com cada circunstância vivida.

É importante destacar que vários trabalhos sobre a escravidão no nordeste do país registraram, de forma geral, na segunda metade do século XIX, certo equilíbrio entre homens e mulheres em cativeiro, além do número significativo de escravos em idade produtiva. Em províncias como o Maranhão, o Ceará, a Paraíba e Sergipe, apesar de suas peculiaridades, também se evidencia a persistência da escravidão, dentro dos limites da época. (GALLIZA, 1977; RIBEIRO, 1983, p. 46-47; SILVA, P., 1988, p. 127).

Talvez, de forma geral, a crença na força masculina predominasse em alguns setores da sociedade escravista, mas, na realidade, muitos foram aqueles que exploraram de forma intensiva a mão-de-obra feminina, como bem demonstram trabalhos como os de Maria Odila Dias (1995), Sandra Graham (1992), Maciel Silva (2004) e Libby e Furtado (2006), entre outros. A idéia da *plantation* regida por uma grande quantidade de escravos ainda paira sobre nossa visão acerca do sistema escravista. Contudo, homens, mulheres, crianças e velhos possuíam papéis econômicos e sociais que foram moldados de acordo com os interesses e realidades nas quais estavam inseridos. Todos tinham lugar no complexo sistema de exploração servil.

2 O mundo do trabalho escravo

O padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o controle de sua vida produtiva. Esse padrão persiste ainda hoje entre os autônomos – artistas, escritores, pequenos agricultores e talvez estudantes – e propõe a questão de saber se não é um ritmo ‘natural’ de trabalho humano. (THOMPSON, 1998, p. 282).

É importante termos em mente que a realidade que nos propomos a analisar era bem diversa da que vivenciamos em nosso dia-a-dia. Em uma sociedade regida pelo mercado, o relógio coordena todos os atos

desempenhados no decorrer de um dia. O trabalho – maior referencial da vida cotidiana atual – é controlado, fiscalizado e doutrinado pela lógica dos ‘tempos modernos’. Em contraposição a esta idéia de sociedade racionalizada pelo capitalismo, Thompson nos apresenta uma questão um tanto interessante – da qual nos apropriaremos aqui – para pensarmos a vida dos escravos nesses últimos anos da escravatura. Que ritmos de trabalho os escravos seguiam diante das pressões e diferentes níveis de exploração senhorial nos últimos tempos da escravidão?

Esses ritmos ‘naturais’, sem dúvida, estavam relacionados às práticas cotidianas nas quais os escravos se ocupavam, de acordo com as negociações e conflitos que regiam seu dia-a-dia. Talvez aqui possamos arriscar a idéia de que estes cativos regessem seu dia através de uma “orientação pelas tarefas”, pois esta seria “a orientação mais eficaz nas sociedades camponesas, e continua a ser importante nas atividades domésticas e dos vilarejos” (THOMPSON, 1998, p. 271). Contudo, como mostra a tabela a seguir, alguns escravos também poderiam ser encontrados em atividades nas quais a ‘disciplina’ e a ‘regularidade’ do relógio exigissem um pouco mais de ‘uniformidade’ ao trabalho desempenhado por eles, a exemplo dos que eram empregados nas padarias e olarias. Ao mesmo tempo, podemos notar que grande parte das ocupações destes cativos exigia outras referências de tempo, melhor compreendidas se observadas em suas particularidades.

Nesta tabela encontram-se todas as profissões desempenhadas pelos cativos de Olinda matriculados na Lista de 1876. Outros 49 escravos foram matriculados sem especificação de atividade desempenhada, representando apenas 9,5% do total dos 513 matriculados.² A partir da tabela, constatamos a forte presença dos cativos classificados na categoria “serviço doméstico”, representando 37,9% do total com profissão declarada, seguida de agricultores, com 32,1%. No entanto, é importante destacar que “o escravo urbano nem sempre é tão especializado em seu trabalho quanto quer a tradição [...]”, como bem colocou Kátia Queiroz Mattoso. A autora afirma ainda que o escravo doméstico transforma-se facilmente em “escravo ‘ganha-pão’ à vontade de seu senhor, em escravo que vende fora de casa sua engenhosidade, sua mercadoria, a força de seus braços. O escravo da cidade é eclético.

Tabela 3 - Número de escravos segundo a profissão, Olinda, 1876.

Profissão	Número	Profissão	Número
Serviço Doméstico	176	Carpina	3
Agricultores	149	Carreiro	3
Cozinheira(o)	43	Padeiro	2
Engomadeira	16	Alfaiate	2
Costureira	12	Marceneiro	2
Ganhador	11	Jornaleiro	2
Canoeiro	10	Fiadeira	1
Lavadeira	9	Oleiro	1
Quitandeira(o)	9	Pescador	1
Sapateiro	6	Copeiro	1
Boleiro	4	Pedreiro	1
Total: 464			

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876.

[...] Estes vendem sua competência, se o mercado o requer.” (MATTOSO, 1982, p. 140).

Ao mesmo tempo em que a rotatividade ocupacional do escravo estava condicionada aos mandos do senhor, sem dúvida, alguns cativos valiam mais por apresentarem habilidades diferenciadas e melhor requisitadas de acordo com a dinâmica na qual se encontravam. Especialização, necessidades do mercado e concorrência (MATTOSO, 1982, p. 141-142) com outros cativos e mesmo com os livres levaram muitos senhores e requerentes – ou seja, aqueles que desejavam alugá-los – a valorizar mais aqueles que melhor se enquadrassem para o serviço desejado. Além disso, determinados serviços exigiam dos cativos alto grau de conhecimento específico, principalmente em um período onde o crescimento da mão-de-obra livre buscava seu espaço em atividades antes majoritariamente dominadas por escravos.

Para melhor visualizarmos o ‘mundo do trabalho’ escravo e suas relações com a realidade que o cercava, dividimos este universo em quatro

agrupamentos gerais: *portas adentro, portas a fora, agricultura e artesanato*. Assim, as várias ocupações profissionais poderão ser melhor contempladas em nossa análise de forma mais detalhada. Mas, retornando à questão sugerida por Thompson, quando afirma que “o padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o *controle de sua vida produtiva*” (1998, p. 282, grifo nosso), perguntamo-nos se seria possível pensar esta dinâmica para os escravos aqui estudados. Evidentemente, à primeira vista, os cativos não tinham “o controle de sua vida produtiva”, já que estavam presos a uma trama complexa de exploração e violência diária. Ao mesmo tempo, devemos pensar este cotidiano como espaços construídos pelos escravos na execução de suas tarefas, alternando momentos de pleno trabalho, lazer e ociosidade. Segundo Marcus Carvalho (2001, p. 257):

O sistema escravista penetra em todos os poros da cidade, da rua ao quarto de dormir. Não obstante, era modificado pelas estruturas urbanas. A escravidão adaptava-se para que pudesse continuar existindo. O calcanhar de Aquiles aqui era o desempenho de atividades que exigiam uma grande liberdade de movimento dos cativos. Essa mobilidade era a fonte de uma série de desdobramentos. Até mesmo porque sempre houve uma linha móvel entre o que era permitido aos escravos fazerem, e aquilo que eles faziam de qualquer maneira.

A partir desta perspectiva, os cativos possuíam, de acordo com as atividades desempenhadas, algum controle sobre o tempo de trabalho, do lazer e outras manifestações, o que contraria as visões clássicas de um cativo castrador da humanidade dos escravos – apesar de não desconsiderarmos as malhas opressivas e a violência cotidiana nesses tempos de grandes transformações da mão-de-obra. Vejamos agora como os escravos de Olinda se apresentavam dentro do primeiro agrupamento proposto: *portas adentro*.

Encontramos 248 escravos que, de modo geral, eram empregados em atividades domésticas, o que corresponde a 53,4% dos cativos de Olinda.³ Contudo, devemos frisar que em muitos lares era comum a produção de gêneros que abasteciam o mercado local, em consequência de existirem poucos estabelecimentos comerciais capazes de suprir as

Tabela 4 - Número de escravos ocupados em atividades domésticas, por sexo, Olinda, 1876.

Profissão	Total	Mulheres	Homens
Serviço Doméstico	176	118	58
Cozinheira(o)	43	39	4
Engomadeira	16	16	-
Costureira	12	12	-
Copeiro	1	-	1
Total	248	185	63

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876.

necessidades da população, o que nos possibilita afirmar que muitos desses cativos – principalmente mulheres – poderiam ser empregados na produção de doces, alimentos, ou em pequenas oficinas de roupas, etc.

Todavia, apesar desta distinção inicial entre as atividades exercidas pelos cativos, convém lembrar, como já foi colocado, que nem sempre o trabalho do escravo era tão especializado. Segundo Maciel Silva, em seu estudo sobre *Trabalho, Cotidiano e Representações de Vendeiras e Criadas no Recife do século XIX*:

[...] o universo espacial de algumas domésticas era bem mais amplo do que os cômodos da casa. Havia aquelas que exerciam ao mesmo tempo ofícios de portas adentro e de portas a fora. Alguns anunciantes na imprensa pernambucana desejavam alugar 'pretas' que soubessem engomar, cozinhar e ainda comprar na rua. (SILVA, M., 2004, p. 89-90).

Ao adentrarmos neste universo do trabalho doméstico, é importante ressaltar que, apesar das mulheres ocuparem lugar de destaque nas atividades referentes à casa, representando 74,6% do contingente neste tipo de ofício, os homens também eram empregados em tais serviços, inclusive como cozinheiros, atividade esta dominada majoritariamente pelas cativas, como mostra a tabela 4 acima. No entanto,

como já foi demonstrado pela historiografia, a escrava era preferencialmente ocupada com o serviço doméstico, enquanto os homens tinham suas forças direcionadas ao trabalho de *ganho* (DIAS, 1995, p. 131; SOARES, 1996, p. 107-108).

Primeiramente, destacaremos a atividade desempenhada pelas cativas (e cativos) no tocante à *cozinha*, pois – lembrando aqui as palavras de Sandra Graham (1992, p. 45) – “dentro da casa, o trabalho se dava à volta da cozinha”. Sobre essa questão, Luce Giard (1997, p. 269) já havia destacado a “sucessão de gestos e de passos, repetidos, obrigatórios”, que cercavam as práticas cotidianas em torno das “artes de nutrir”, que não se resumiam às funções específicas dentro dos limites físicos da cozinha, era preciso ir à rua, ao mercado, às vendas, às fontes de água – tarefas que exigiam ora “dentro”, ora “fora”, e recomeçar tudo no dia seguinte. Tudo isso entre ladeiras mal conservadas, caminhos precários, abastecimento de água deficiente. Cativos iam e vinham no cumprimento de seus serviços de casa, mas muitas vezes não voltavam ou, pelo menos, não no tempo determinado pelo senhor.

Este dia-a-dia, regido pelas necessidades exigidas para o desempenho da atividade – ainda mais próximo do olhar vigilante do senhor –, requeria do cativo competências bastante complexas, não apenas físicas, mas também mentais. Lidar com equipamentos variados, o tempo de cozimento, conhecimentos de forno e fogão, controle de mantimentos exigia força e habilidades alcançadas com muito trabalho. Segundo Maciel Silva (2004, p. 256), devido ao cotidiano exaustivo e muitas vezes insalubre das cozinhas, as cozinheiras “[...] talvez, de todas as criadas, sejam as que mais trabalhavam, dependendo das circunstâncias específicas em que fossem engajadas”.

Ao mesmo tempo em que nos deparamos com este alto grau de especialização dos escravos de Olinda, devemos frisar que muitos cativos eram empregados de acordo com os interesses de seu senhor. No caso dos que eram oferecidos para o aluguel, muitas vezes exigia-se que acumulassem funções como cozinhar, engomar, lavar, costurar, comprar (SILVA, M., 2004, p. 247). Talvez isso explique o número significativo de escravos classificados simplesmente como “serviço doméstico”. Estes – que chegavam a 176, entre homens e mulheres, representando 37,9% dos 464 com profissão declarada – possivelmente acumulavam as diversas

funções necessárias para o bom funcionamento de uma casa. E, se fosse cativo de um pequeno plantel – ou mesmo única posse –, suas funções deveriam ser ainda mais variadas e exaustivas, e em constante mutação, exercendo atividades ora fora, ora dentro dos alicerces senhoriais. Em Olinda o número de senhores era bastante reduzido (apenas 197), tornando o escravo um bem muito valioso no cotidiano da casa ou da renda de seu senhor. Era necessário usufruir de suas forças nas mais diferentes formas e espaços.

Essa mobilidade entre a casa e a rua possivelmente era a realidade da maioria dos cativos existentes em Olinda. Como já dissemos, mesmo o trabalho doméstico exigia muitas vezes do escravo idas e vindas entre os espaços existentes entre o cativo e a liberdade. Segundo Maciel Silva (2004, p. 60), “[...] a reconhecida reclusão feminina dos tempos patriarcais, notada por viajantes europeus, não é uma condição que se deva atribuir às mulheres escravas, forras e livres pobres”. A presença destas no meio urbano se dava, sobretudo, “como um imperativo de busca pela sobrevivência, pela condição básica de exercício de seus ofícios”.

Evidentemente, os cativos também poderiam sofrer com a reclusão, de acordo com o interesse de cada senhor, principalmente as mulheres ‘protegidas’ dos perigos das ruas e destinadas ao convívio mais íntimo com as rotinas da casa. Atividades como *engomadeira* e *costureira*, apesar de pertencerem ao grupo de *portas adentro*, muitas vezes estavam associadas a outras ocupações, pois as escravas que as desempenhavam poderiam não apenas integrar o ‘lar’ no qual se encontrava seu senhor, mas também ser empregadas no serviço de ganho, principalmente nesses tempos em que a mão-de-obra cativa se escasseava. Ou seja, *portas adentro*, mas de casa em casa, ou mesmo acumulando funções como *engomadeira/costureira/lavadeira*. Estes ofícios eram muitas vezes realizados de forma integrada, pois poucos requerentes tinham condições de alugar o serviço de várias escravas, e mesmo os senhores que possuíam um número reduzido de cativos os empregavam em múltiplas funções. (SILVA, M., 2004, p. 256).

Eram atividades que exigiam conhecimentos e cuidados especiais por parte dos escravos, principalmente quando acumulavam funções necessariamente interligadas, como engomar e lavar. Novamente aqui destacamos os equipamentos e materiais utilizados nesta atividade, onde

qualquer desatenção poderia levar o escravo a estragar uma peça de roupa da senhora ou da patroa.

Outra atividade a destacar é a de *costureira*, que reunia 12 cativas. Poucos senhores poderiam ter o luxo de possuir uma escrava dedicada apenas ao serviço de costura, pois, como já mencionamos, o mais comum era associar os ofícios correlatos. Talvez este destaque na hora da classificação tenha ocorrido pelo fato destas cativas serem empregadas no serviço de ganho, ou ser este o ofício que melhor desempenhassem, ajudando nos concertos das roupas da casa ou até empregadas como ajudantes de lojas de roupas. Mulheres viúvas ou solteiras muitas vezes trabalhavam junto a suas escravas para garantir uma maior produtividade e, assim, garantir o seu sustento. (DIAS, 1995).

É importante ressaltar que existiam em Olinda três *Lojas de Fazendas e Miudezas*, além de uma *Loja de Alfaiates*. E segundo Sandra Grahlan (1992, p. 51), apesar das costureiras exercerem suas atividades em várias casas, “alguns lares, contudo, continuaram a querer uma criada cuja tarefa principal era costurar [...]”. Poderiam também ter aprendido seu ofício com uma senhora dedicada a tal atividade, trabalhando juntas na própria residência. Eram muitas as opções para se explorar uma escrava especializada. Entraremos agora no ‘mundo do trabalho’ *portas a fora*, a partir da tabela abaixo:

Nesse universo composto por 10,6% dos escravos de Olinda, observamos que 31 (63,3%) são homens, enquanto as mulheres somam 18 (36,7%). Em relação aos escravos do sexo masculino, constatamos também uma maior diversificação dos ofícios, ao passo que as mulheres

Tabela 5 - Número de escravos ocupados portas a fora.

Profissão	Quantidade	Profissão	Quantidade
Ganhador	11	Boleiro	4
Canoeiro	10	Carreiro	3
Lavadeira	9	Jornaleiro	2
Quitandeira	9	Pescador	1
Total: 49			

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876.

concentram-se em atividades dominadas tradicionalmente pelas cativas: a lavagem de roupas e a venda nas ruas.

Os homens classificados simplesmente como *ganhadores* poderiam ser empregados nas mais diversas ocupações, sendo alugados a partir das necessidades do mercado. Fica evidente que estes 11 escravos – juntamente com os dois jornaleiros – foram listados categoricamente como cativos destinados a obtenção de renda para os seus senhores. O sistema de “ganho”, segundo Reis (1986, p. 351), caracterizava as relações escravistas na cidade, na qual o escravo ganhador “era obrigado a dar ao senhor, a cada dia ou semana, uma quantia previamente acertada”.

Todos os escravos que compõem este grupo distinguem-se por apresentar uma grande mobilidade espacial entre os diferentes espaços de Olinda, assim como das regiões circunvizinhas. *Ganhadores, canoeiros, lavadeiras e quitandeiras* são as atividades que mais se destacam neste grupo, não apenas em número, mas também em termos da mobilidade e autonomia que o cativo gozava distante de seu senhor.

Além destes, os *carreiros* e os *boleiros* também poderiam usufruir de certa liberdade, dependendo das circunstâncias em que guiavam seus carros, transportando produtos ou mesmo os senhores, de um lado para o outro. Outro exemplo de movimentação entre os homens era a atividade de *canoeiro*, que se dedicava ao transporte tanto de pessoas quanto de mercadorias, quando não de fugitivos que buscavam se distanciar da escravidão através das águas dos rios que ligavam as diversas regiões de Olinda e arrabaldes.

Apesar de encontrarmos apenas dez cativos classificados como canoeiros, outros deveriam ainda dedicar-se a este ofício, tão importante no dia-a-dia de quem não podia se dar ao luxo de ingressar em outras formas de transporte, como os *ônibus* e, a partir da década de 1870, as *Maxambombas*, que ligavam Olinda a Recife, através dos trilhos urbanos. Libertos e livres também deveriam se ocupar em tal atividade, como demonstra o anúncio abaixo, retirado do Diário de Pernambuco:

FESTIVIDADE RELIGIOSA – Os canoeiros da estação do Varadouro, em Olinda, festejam no domingo [...] sua padroeira N.S. do Rosário, com o brilhantismo do costume, para o que nada tem poupado. Amanhã a noite

*será hasteado o estandarte da excelsa Senhora, com a devida decência [...].*⁴

Os canoieiros prometiam ainda, além dos rituais tradicionais cristãos, exibições na corda bamba e a queima de “um lindo fogo de artifício”, ao término do evento. Fica clara para nós a presença destes trabalhadores entre as águas que cortavam Olinda e regiões vizinhas, compostos por livres, libertos e escravos, que serviam a algum patrão ou buscavam sua sobrevivência.

Entretanto, voltemos agora ao universo das cativas. Do grupo referente a *portas a fora*, as que apresentam maior relação com o serviço doméstico são as *lavadeiras*, atividade que já apresentamos anteriormente, associada principalmente com o ofício de engomar. Segundo Sandra Grahlan (1992, p. 54), a lavagem de roupa “era uma das principais ocupações na organização de qualquer lar. As famílias ricas usavam com liberalidade toda forma de roupa branca [...]. Lavar, alvejar, secar e passar consumia a maior parte das muitas horas de trabalho doméstico”.

As lavadeiras em Olinda somavam apenas nove, mas, devido à demanda do mercado ou mesmo às necessidades básicas da casa, possivelmente este serviço estivesse incluído no cotidiano das muitas cativas empregadas no serviço doméstico. E o rio Beberibe estava ali, bem nas proximidades da cidade, principal espaço de trabalho e interação entre as lavadeiras de várias localidades, inclusive do Recife. Rios mais próximos, lagoas, chafarizes públicos e outras fontes também eram locais onde as escravas interagiam com outras mulheres de mesma condição social, como também com outros segmentos, como as livres pobres e as libertas.

Nessas interações, conversas, brigas e lazer se misturavam, onde informações preciosas sobre as práticas da lavagem ou intrigas sobre um senhor contribuía para tecer as tão importantes malhas de solidariedades. Essas lavadeiras alcançavam importantes espaços de mobilidade e autonomia, pois lhes era permitido e necessário ir e vir entre os logradouros públicos em busca de fontes de água, ou ainda mais distante, nos rios que melhor facilitavam o serviço.

Maciel Silva (2004, p. 83) compara a mobilidade das lavadeiras à das vendeiras, pois “circulavam mais facilmente pelas ruas, ao saírem dos bairros centrais para os arrabaldes, e retornarem com a roupa limpa”. Entre estas vendeiras, encontramos na lista as chamadas *quitandeiras*, que somavam também nove. Segundo Maria Odila Dias (1995, p. 77), a expressão *quitandeira*, “nos documentos oficiais, era imprecisa quanto à conotação social, pois, como tal, aparecem senhoras, escravas e negras forras, percorrendo toda a hierarquia social do pequeno comércio urbano”. Ainda sobre o tema, João José Reis (1986, p. 353) afirma que a maioria das mulheres escravas “empregava-se no serviço doméstico ou em ocupações correlatas, como costureiras, lavadeiras e cozinheiras, mas em bom número também trabalhava como ganhadeiras”. Segundo uma tradição africana, “o pequeno comércio de rua era quase completamente dominado por elas, fossem escravas ou libertas”.

Nas quitandas – pequenas vendas e barracas espalhadas pela cidade ou reunidas em pontos estratégicos – vendia-se de tudo, mas sobretudo comida, além de tecidos e miudezas. As negras de tabuleiro, “que podiam ser fixos em pontos das ruas ou carregados na cabeça”, ofereciam os mais diversos produtos, desde alimentos a objetos de uso caseiro (SOARES, 1996, p. 64). Nessas andanças, as escravas vendeiras acabavam por coexistir com os mais diversos segmentos sociais da comunidade, assim como das redondezas. Em meio ao comércio ambulante e à pobreza, os setores mais excluídos da sociedade escravista se encontravam, mas sem necessariamente romper com as hierarquias há muito enraizadas.

Na circulação pela sobrevivência e cumprimento dos acordos firmados com o senhor, as escravas *quitandeiras* alcançavam grande espaço de mobilidade, em busca dos melhores pontos para a venda de seus produtos. Estas atividades de maior movimentação, como lavar roupa ou vender nas ruas, “eram formas de trabalho difíceis de controlar” (DIAS, 1995, p. 126), diferentemente dos escravos que eram empregados no serviço doméstico, como cozinheiras e costureiras, apesar de demonstrarmos que as primeiras poderiam, de acordo com as necessidades diárias e circunstâncias específicas, romper as barreiras da vigilância da casa.

Mas esta mobilidade entre as ruas, becos, festas e praias também possuía seus riscos. Na verdade, o cotidiano da mulher escrava – muito mais que o dos homens – era repleto de perigos, que poderiam estar bem próximos (pelo assédio do senhor) ou resultar da atividade que exerciam em áreas pouco seguras, ou mesmo em horas não indicadas à sua permanência nas ruas. Sobre estes perigos, Sandra Grahan (1992, p. 57) afirma que “o ponto de vista predominante esposava a opinião de que as ruas e praças públicas eram locais arriscados, onde os perigos podiam ser físicos, e portanto tangíveis e ‘reais’, ou sociais, e portanto observáveis ou ‘supostos’.”

Em 1866, a Delegacia de Olinda registrava o assassinato da escrava Rufina, por um escravo de nome Jeremias. A cativa, que era lavadeira, estaria em Peixinhos quando fora atacada, localidade pouco movimentada e que ficava entre os caminhos de Olinda e Recife.⁵ Sua movimentação poderia ter contribuído para tal crime, ou mesmo um encontro que teve resultado desastroso. Em 1868, outra lavadeira, de nome Luzia, enfrentava os perigos que a rua poderia trazer, mas desta vez recaíra sobre ela não a violência física, como no caso de Rufina, e sim os rigores da lei, pois fora presa na Casa de Detenção do Recife “por ser encontrada depois das 9 horas”.⁶

As Posturas Municipais procuravam, assim, limitar as andanças dos cativos pelas ruas da cidade, e poderia ser castigado com bastante rigor um escravo que as transgredisse. O cozinheiro Manuel, de 49 anos de idade, foi preso na mesma cadeia em 1863, “por infração de Posturas”. Outro Manuel enfrentou ainda pior sorte, quando preso no mesmo ano e pelo mesmo motivo, recebendo como castigo três dúzias de “palmatoadas”.⁷ Por capricho ou por castigo, o senhor também poderia utilizar a lei contra seu escravo, como aconteceu com outro cozinheiro, de nome Martinho, de 20 anos de idade, em maio de 1868, que foi preso “a requerimento de seu senhor”.⁸

Esses cativos, próximos ou gozando de alguma distância de seu senhor, tinham seu cotidiano dosado pela dinâmica contraditória e conflituosa na qual escravos e senhores se relacionavam e compartilhavam espaços e vivências cotidianas, em torno do que Robert Slenes (1983) chamou de “força” e “favor”. Em relação à mulher cativa, seu dia-a-dia estava inserido em um campo perigoso, no qual a violência

e a busca de sobrevivência estavam interligadas. Muitas vezes, “encontros íntimos” poderiam ser ao mesmo tempo buscados pelas escravas – na tentativa de alcançar privilégios ou simplesmente sobreviver – ou repelidos através de fugas e outras formas de reação.

As tensões também levavam os escravos a tentar romper ou pelo menos usufruir de pinceladas de liberdade. O ganhador Antônio, de 20 anos, teria fugido em 1863, mas foi preso e levado à Casa de Detenção do Recife. Já a preta Bonifácia, de 45 anos, teria fugido em 29 de dezembro de 1867, sendo anunciada no Diário de Pernambuco por seu senhor, segundo o qual, “pelo tempo de festa, tem de costume ausentar-se para andar vendendo frutas pelos Afogados, e outras por Olinda”.¹⁰

A mobilidade do ganhador e da vendeira tiveram destinos e, aparentemente, futuros diferentes, mas trazem em seu cerne a possibilidade de movimentação característica de seus ofícios.

Essa movimentação era facilitada não apenas pela ocupação na qual o cativo estava empregado, mas também pela paisagem irregular de Olinda, com seus morros, colinas, mangues, praias, ladeiras. Becos e travessas ligavam ruas mal conservadas e caminhos tortuosos, que poderiam levar ao Mercado da Ribeira, às inúmeras igrejas, aos arrabaldes ou ao Recife. Mas não apenas as profissões que caracterizavam o cenário urbano detinham o poder de se movimentar entre as malhas de vigilância, pois dos seis cativos registrados na Lista de 1876 como “fugidos”, três eram agricultores. Estes poderiam ser encontrados nos diferentes arrabaldes de Olinda, principalmente em tempos em que o campo e a cidade se confundiam em suas fronteiras.

Os escravos matriculados como “agricultores” chegavam a 149, representando 32,1% do total. A agricultura aparece em segundo lugar em número de escravos com ocupação declarada, demonstrando que o trabalho na lavoura ainda absorvia boa parte dos escravos existentes, tanto no caso de senhores de grandes posses, como no de outros que possuíam apenas um cativo.

Em Olinda, alguns engenhos continuavam em atividade, além dos pequenos agricultores, que deveriam empregar em suas lavouras a mão-de-obra escrava e até trabalhar junto, na difícil tarefa diária de subsistência ou mesmo no comércio local de seus produtos. É interessante destacar que, destes 149 escravos agricultores, 112 eram homens (75,2%)

e 37 mulheres (24,8%), números que quase se invertem quando comparados aos do serviço doméstico. Talvez esses dados revelem a persistente preferência dos senhores em empregar na lavoura os homens, enquanto as mulheres eram destinadas a outras atividades, principalmente serviços domésticos e comércio ambulante. Mas elas estavam lá, presentes nas atividades da terra, plantando e colhendo junto aos cativos do sexo masculino.

O quarto e último agrupamento que nos propomos a apresentar é o artesanato, que se servia apenas de 3,4% dos escravos existentes em Olinda. Eram cativos empregados nas mais diversas atividades, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 6 - Número de escravos ocupados no artesanato.

Atividade	Número	Atividade	Número
Sapateiro	6	Fiadeira	1
Carpina	3	Oleiro	1
Alfaiate	2	Pedreiro	1
Marceneiro	2		
Total: 16			

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876.

Entre estes, havia apenas uma mulher – fiadeira –, que poderia ter a mesma função das costureiras domésticas, ser empregada ao ganho ou mesmo trabalhar junto de sua senhora no exercício do ofício. Devemos frisar também que muitos eram os homens livres em Olinda dedicados ao artesanato. Alguns destes talvez possuísem alguma posse para ajudá-los no trabalho, em um tempo em que a concorrência crescia a passos largos; um cativo poderia significar maior produtividade em detrimento daqueles que não possuísem esse tipo de apoio. Escravos com estas especialidades também poderiam ser empregados ao ganho, contratados por pequenos artesãos ou lojas da localidade ou redondezas.

Em Olinda existiam vários estabelecimentos comerciais e ‘industriais’ que poderiam necessitar deste tipo de trabalho, como lojas de marcenarias, alfaiates, olarias, fazendas, etc., além dos pequenos

reparos e outras necessidades do dia-a-dia de uma casa ou negócio. Dois escravos padeiros – não incluídos nos agrupamentos propostos – também poderiam representar um bom investimento para o senhor, pois tratava-se de uma atividade tão especializada quanto as outras, e a cidade possuía pelo menos duas padarias na época. Mas a presença desses escravos já se fazia bastante rarefeita entre a massa de artesãos livres cada vez mais crescente na cidade.

Todavia, constatamos que a persistência do trabalho escravo em Olinda ainda se dava no final da década de 1870, período em que a crise da mão-de-obra escrava alcançava dimensões significativas. Evidentemente, na década seguinte muitos senhores não conseguiram mais assegurar a posse de seus escravos, mesmo que a preferência pela mão-de-obra cativa ainda demonstrasse grande força. No entanto, os valores escravistas desta sociedade não se transformaram facilmente com a chegada dos ‘novos tempos’, com a modernidade. Muitos senhores viam como um bom negócio – econômico ou moral – continuar com sua posse, mesmo que contrariando os ‘bons ventos’ da mudança.

Esta constatação já havia sido feita por Maciel Silva e Sandra Grahán. O primeiro, referindo-se ao período posterior ao fim do tráfico negreiro, afirma que “as residências e as casas de negócio do Recife continuaram a preferir escravas para vender na rua e, principalmente, para cuidar dos serviços de suas casas. A preferência por mulheres livres é praticamente inexistente.” (SILVA M., 2004, p. 197). Sobre esta questão, Sandra Grahán (1992, p. 36) coloca que “a escravidão permitia ao menos a ilusão de que senhores retinham o poder de conceder favores ou punir seus escravos, os quais não tinham nenhuma escolha além de obedecer [...]”. Assim, mesmo com a crescente presença das mulheres livres brancas, estas “não podiam ser sujeitas ao mesmo controle”. Mulheres de cor, mesmo não escravas, eram as preferidas até pelo menos 1905.

Semelhante situação poderia ser estendida ao universo geral da escravidão, englobando, assim, o trabalho masculino, uma vez que as relações de força neste contexto ainda se davam predominantemente sob a ótica da “força” e “favor”, entre a concessão de favores ou punição. Trabalhadores livres poderiam aceitar até certo limite a execução de determinadas tarefas, mas não suportavam a aproximação cada vez mais estreita com o trabalho escravo.

Mas os cativos também sabiam impor limites aos excessos e desmandos senhoriais, mesmo quando a resistência se configurava através do ritmo de trabalho irregular ou nas escapadelas temporárias que irritavam senhores que recorriam aos jornais atrás de suas posses. Eram formas de negociar e amenizar a dura jornada que o cativo exigia, levando o escravo a arriscar estratégias diversas, muitas vezes resultando em fracasso imediato. Contudo, a resistência dentro do universo do trabalho se dava de forma sorradeira, através da “trampolinagem”, de táticas sub-reptícias aos olhos senhoriais (CERTEAU, 1994, p. 41-42). É resistir sem necessariamente romper com o sistema. É se utilizar do *tempo* irregular das tarefas, quando guiadas por ritmos que não estavam sob o controle do senhor, como as enchentes das marés, as estações do ano, a seca, a chuva, o vento. Mas tudo isso não retirava o peso da violência e da exploração do cativo, poderia, talvez, amenizá-lo, quando era possível penetrar nas brechas da opressão senhorial.

Notas

¹ Sobre a “Matrícula Especial” dos Escravos e sua relação com a Lista de Classificação, ver Slenes (1983). Sobre a Lei do Ventre Livre e o Fundo de Emancipação, ver Robert Conrad (1978) e Sylvana Vasconcelos (1996).

² Estes dados referentes a profissão encontram-se nas informações sobre os escravos *matriculados* na tabela principal, já que os demais que constam nas “Observações” não apresentam – com exceção de uma engomadeira e de uma costureira – ocupação declarada, pois a exigência recaía apenas sobre os primeiros.

³ Para efeito de análise, estamos considerando o total de 464 escravos com profissão especificada.

⁴ *Diário de Pernambuco*, Recife, 07 out. 1870 (Laboratório de Pesquisa e Ensino de História - UFPE).

⁵ Repartição Central de Polícia, fl. 172, 26 de outubro de 1866 (Arquivo Público de Pernambuco).

⁶ Casa de Detenção do Recife, 22 de agosto de 1868 (Arquivo Público de Pernambuco).

⁷ Idem, fl. 106 e 131, respectivamente.

⁸ Idem, 26 de maio de 1868.

⁹ Casa de Detenção do Recife, fl. 131 e *Diário de Pernambuco*, 8 jan. 1867, respectivamente.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CONRAD, Robert.

Os últimos anos da escravatura no Brasil:

1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DELGADO, Luiz. *Escravos em Olinda sob a Lei Rio Branco*. Recife: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

GALLIZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba, 1850-1888*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1977.

GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GIARD, Luce. Artes de nutrir. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GRAHAN, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

MATTOSO, Kátia Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, Pedro de Carvalho de; SLENES, Robert W. A natureza econômica da escravidão. In: NEUHAUS, Paulo (Org.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. *A desagregação do sistema escravista no Maranhão 1850-1888*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *O declínio da escravidão no Ceará*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 117-149, jan/abr. 1983.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, 1996.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELOS, Sylvana Maria Brandão de. *Ventre Livre, mãe escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.